
**Silenciamento Feminino na Política:
Uma Análise dos Comentários na Página do Facebook de Manuela D'Ávila**

**Female Silencing in Politics:
An Analyses of the Comments on Manuela D'Ávila's Facebook Page**

Bianca da SILVA¹
Eduarda Rodrigues HENKER²

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar os comentários feitos em postagens em vídeo na página do *Facebook* da presidenciável do PCdoB Manuela D'Ávila em busca de uma maior compreensão sobre suas mensagens, se refletem uma discussão política ou violência de gênero. Para tanto foram mapeados 399 comentários do primeiro vídeo da presidenciável publicado no dia 15 de abril de 2018, que em seguida foram categorizados da seguinte forma: desmoralização, violência de gênero e divergência política. E, por fim, os comentários foram analisados, chegando à conclusão de que os comentários são, na verdade, uma tentativa de silenciamento da presidenciável através da violência de gênero.

Palavras-chave: Silenciamento feminino; Mulheres na Política; *Facebook*.

Abstract

The objective of this work is to analyze the comments made in video postings on the Facebook page of PCdoB presidential candidate Manuela D'Ávila's in search of a greater understanding of it's messages, if they reflect a political discussion or gender violence. For that purpose, 399 comments of the first presidential video, published on April 15, 2018, were categorized as follows: demoralization, gender violence and political divergence. And, finally, the comments were analyzed, coming to the conclusion that the comments are, in fact, an attempt to silence the presidential through gender violence.

Keywords: Female Silencing; Women in Politics; *Facebook*.

1. Introdução

¹ Graduada do curso de Publicidade e Propaganda da FURB-SC, e-mail: bids28@gmail.com.

² Graduada do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Franciscana, e-mail: duda_henker@hotmail.com

Essa pesquisa busca analisar os comentários feitos em publicações em vídeo na página do *Facebook*³ da presidenciável Manuela D'Ávila, atual Deputada Estadual do partido PCdoB pelo estado do Rio Grande Do Sul, na tentativa de responder se os comentários recebidos vêm de divergência política ou são meramente violência de gênero. Para tanto, foram estipulados os seguintes objetivos: a) Mapear os comentários feitos no primeiro vídeo publicado na página da presidenciável no dia 15 de abril de 2018; b) Categorizar os comentários; c) Investigar o conteúdo dos comentários mapeados.

Buscou-se através deste artigo uma maior compreensão quanto ao cenário político brasileiro e a situação feminina nele inserida. Para isso, a análise apresentada trabalha em seu cerne com a tentativa de silenciamento da voz feminina, seja por meio de divergências políticas, tentativas de desmoralização e, principalmente, violência de gênero.

Portanto, acredita-se na relevância desta pesquisa para um maior esclarecimento sobre o tratamento dado às mulheres na política brasileira, e na vida pública no geral. Com o direito ao voto tardio e com menos de 10% dos políticos eleitos no país sendo do gênero feminino, faz-se evidente a necessidade do questionamento levantado no presente artigo.

2. Política e Gênero

Considera-se a Grécia o berço da democracia e a primeira referência histórica da definição de cidadão e cidadania – intrínsecos à política. A República permitia que seus moradores se envolvessem ativamente na vida da cidade e nas decisões políticas, porém apenas “varões adultos cujos progenitores, por sua vez, também haviam sido cidadãos, o que excluía evidentemente as mulheres, outros filhos varões, os escravos e os estrangeiros” (GORCZEVSKI, BOTELHO, LEAL, 2007, p.64) eram considerados cidadãos.

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/manueladavila/?ref=br_rs>. Acesso em: 15/04/2018.

Além de não ser considerada uma cidadã, a mulher grega estava subjugada ao marido através da Lei da XII Tábuas. Venosa (2011, p.40) explica que ao senhor – *pater familias* – reservava-se o direito sobre a vida e a morte da mulher, assim como dos escravos e dos filhos. Araújo (1999, p.138 *apud* Gorczewski, Botelho e Leal, 2007, p.63) lembra que a definição de cidadania varia de acordo com o contexto e a época, porém “ser escravo, estrangeiro ou mulher tem sido em diferentes épocas o ‘oposto’ de ser cidadão”. Assim, “a cidadania em todos os tempos sempre foi uma classe VIP” (Warat, 2001, p.9 *apud* Gorczewski, Botelho e Leal, 2007, p.63) já que ela se refere a quem tem opinião e voz, o que historicamente exclui grandes parcelas da sociedade, uma vez que ela se refere a homens livres, proprietários e cabeças de família.

Mesmo no mundo moderno a presença das mulheres na política ainda foi negada. No século XVIII a divisão de classes e direitos permanecia. Como lembra Dallari (1999, p. 13 *apud* Gorczewski, Botelho e Leal, 2007, p.64) mesmo na França pós-revolução, cujo lema era “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” estabeleceu-se que apenas cidadãos ativos poderiam votar e se eleger, e por “cidadão ativo” refere-se a homens franceses proprietários de bens imóveis e com uma renda considerável, excluindo mais uma vez mulheres e pobres.

Dessa forma, podemos encontrar uma ligação direta entre o silenciamento feminino e o tratamento dado às mulheres frente a política e sociedade. Por não serem consideradas cidadãs, suas vozes não devem ser ouvidas ou validadas e sua presença não é aceita. Tendo assim sido relegadas à esfera privada, não sendo reconhecidas como membros atuantes da esfera pública e, por conseguinte da política.

3. Silenciamento feminino

É através da história que se explica a ausência – ou disparidade – da presença feminina na esfera pública, uma vez que essa era reservada aos homens e a esfera privada as mulheres. Para Beard (2018, p.28) o silenciamento do discurso feminino na história antiga ocorria não apenas por fatores excludentes direcionados a elas, mas por que o ato de discursar, a fala pública, “eram práticas e habilidades que definiam a masculinidade como gênero” (BEARD, 2018, p.

28). Sendo assim, uma mulher que possuísse voz ativa publicamente, deixaria - por definição - de ser mulher.

Já Solnit (2017, p. 67) diz que por historicamente confinar-se as mulheres ao lar e a vida privada, deduz-se que a elas pertence a vida emocional e, dessa forma, não têm competência para falar sobre o que sabem, apenas sobre o que sentem. Pode-se ainda hoje observar como a ideia de que a esfera pública pertence aos homens persiste, já que, como apontado por Beard (2018, p.63), não existe um modelo do que seria uma mulher poderosa na esfera pública e política a não ser que esta assuma traços e faça uso de elementos relacionados ao gênero masculino.

Atualmente, a internet tem se tornado um importante aliado para projetar as vozes femininas, porém, a autora ainda destaca que as ameaças de agressões sexuais (e outras) através da rede são regulares e comumente usadas contra mulheres que ousam opinar livremente por lá. Assim, percebe-se que a internet dá voz em partes iguais para as mulheres e para ameaças violentas e atitudes opressivas, que refletem aquelas que existem fora das redes *online*, e buscam inibir e silenciar qualquer mulher que tenta expressar uma opinião.

4. Mulheres na política brasileira: Manuela D'Ávila

De acordo com o site do TSE (2013), antes mesmo que as mulheres brasileiras pudessem votar, elas já estavam sendo eleitas. Apesar de ter governado por apenas 7 meses, Luiza Alzira Soriano Teixeira foi eleita prefeita da cidade de Lajes, no RN, em 1929. Porém, quase 90 anos após sua eleição, o Brasil ainda possui pouca representatividade feminina na política. Conforme pesquisa feita pela *Inter-Parliamentary Union*⁴ apenas 10% dos deputados federais eram mulheres, há somente uma vereadora para cada sete vereadores e, em 2016, uma em cada oito candidatas não recebeu sequer um voto.

⁴ Disponível em: <<http://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/>>. Acesso em: 12/04/2018.

É nesse cenário que está inserida Manuela D'Ávila, jornalista e política filiada ao PCdoB, eleita deputada federal pelo RS entre os anos de 2008 e 2015, que atualmente cumpre o mandato de deputada estadual no seu estado. Manuela é também uma das concorrentes ao pleito de Presidente da República nas eleições de 2018, sendo conhecida por utilizar das redes sociais como plataforma de campanha e interação com seus eleitores.

Em suas redes, a presidenciável está sempre postando e divulgando material de suas propostas políticas na campanha pela presidência, seus discursos na Câmara dos Deputados do RS e vídeos conversando com seus eleitores e respondendo a comentários. Esta estratégia é recorrente entre candidatos e partidos de menor porte, por ser um meio de grande alcance e baixo custo, e já foi utilizada por outros presidenciáveis como Luciana Genro, do PSOL, em sua campanha de 2014. Não é incomum à Manuela o uso das *lives*, principalmente no *Facebook*, sendo este um dos motivos para a escolha do vídeo a ser analisado neste trabalho.

5. Metodologia

O objeto de estudo é um vídeo⁵ em formato de transmissão ao vivo postado por Manuela D'Ávila no dia 15 de abril de 2018, com duração de 06:05 minutos, onde fala brevemente sobre o lançamento de seu manifesto que acontecerá no dia seguinte e comenta o resultado da pesquisa Datafolha⁶ que lhe garante 3% de intenção de voto, enquanto ao fundo se ouve o barulho de sua filha tomando banho. A coleta do material de pesquisa aconteceu no dia 15 de abril de 2018, foram coletados 399 comentários, selecionados em ordem crescente na caixa de comentários do *Facebook* a partir do filtro “comentários relevantes (sem filtro)”.

A metodologia usada na pesquisa foi o método de análise de conteúdo, que consiste em um “conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2004, p. 30). Para a análise, os

⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/manueladavila/videos/2659306670784443/>>. Acesso em: 15/04/2018.

⁶ Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/04/1965039-preslo-lula-mantem-lideranca-em-disputa-pela-presidencia.shtml>> Acesso em: 17/04/2018.

comentários foram separados conforme o sexo (feminino ou masculino), depois, divididos em três categorias: a) desmoralização, b) discordância política e c) violência de gênero.

Sexo	Violência de Gênero	Desmoralização	Discordância Política
Feminino	36	18	9
Masculino	156	90	56

**Tabela 1*

Notou-se, também, que alguns comentários compreendiam mais de uma categoria.

Sexo	Violência de Gênero x Desmoralização	Violência de Gênero x Discordância Política	Discordância Política x Desmoralização
Feminino	4	1	2
Masculino	4	15	8

--	--	--	--

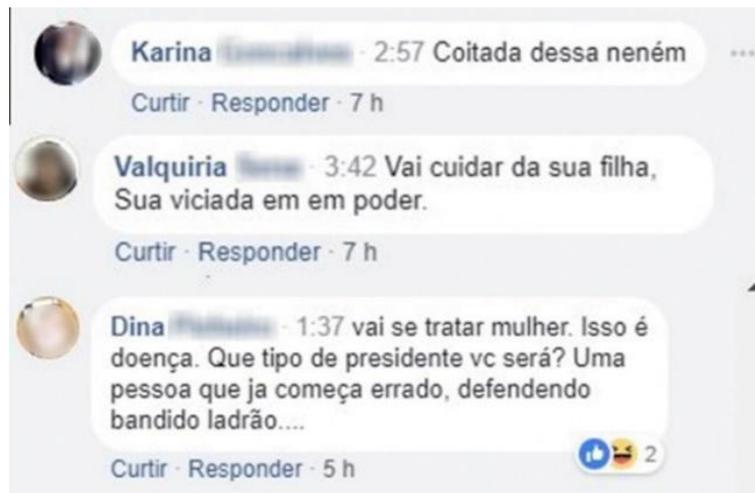
**Tabela 2, com os cruzamentos*

Para uma melhor compreensão quanto a espécie da tentativa de silenciamento sofrida por Manuela D'Ávila na postagem analisada, os comentários selecionados foram os que envolvem violência de gênero, que correspondem a 54% dos comentários selecionados - 81% deles feitos por homens. A partir dessa pré-seleção, os comentários foram então subdivididos nas seguintes categorias: a) ataque à moral da presidenciável como mãe, b) desmoralização através de acusações de uso de drogas ilícitas e c) ataques à integridade de Manuela D'Ávila.

6. Análise

Dos comentários feitos por homens, 156 era puramente violência de gênero, enquanto 4 eram um cruzamento entre violência de gênero e desmoralização e 15 de violência de gênero e discordância política. Dos comentários realizados por mulheres, 36 eram violência de gênero, 4 cruzavam violência de gênero com desmoralização e 1 cruzava violência de gênero com discordância política. Dentre o material coletado, ambos os sexos focaram mais na violência de gênero, como mostra a Tabela 1. Embora em menor escala, a violência de gênero praticada pelas mulheres dirigia-se, não completamente, mas com maior enfoque, à função de mãe de Manuela D'Ávila, conforme a Figura 1.

Figura 1: Comentários femininos



Fonte: produzida pelas autoras, print do Facebook de Manuela D'Ávila, 15 de abril de 2018.

Já os homens deram maior enfoque à suposta falta de capacidade da presidenciável (com base em sua maternidade) e a ataques à sua integridade quanto mulher, conforme a Figura 2.

Figura 2: Comentários masculinos



Fonte: produzida pelas autoras, print do Facebook de Manuela D'Ávila, 15 de abril de 2018.

Na subcategoria “ataque à moral da presidenciável como mãe”, que corresponde a 36 dos 216 comentários, percebe-se que os comentaristas preferiram comparar a percepção que fizeram da presidenciável em seu papel de mãe com sua capacidade de gerir uma país. Os ataques partem

da percepção de um vídeo de 06:05 minutos e não possuem qualquer respaldo factual. Conforme analisa Pombo (2013, p.15) se o comportamento apresentado na maternidade não vai ao encontro das crenças do interlocutor, essa mãe deixa imediatamente de refletir a imagem da figura natural de mãe, e passa então ser uma “mãe desnaturada”, conforme a Figura 3.

Figura 3: Ataque à moral da presidenciável como mãe.



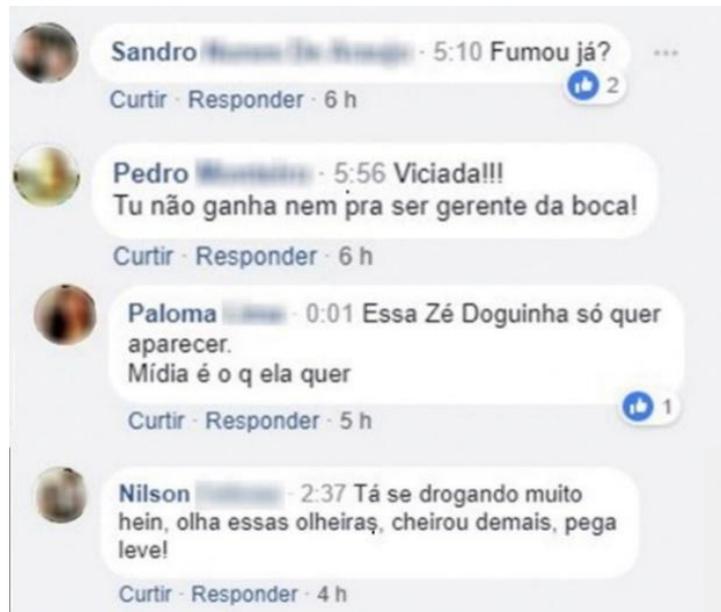
Fonte: produzida pelas autoras, print do Facebook de Manuela D’Ávila, 15 de abril de 2018.

No caso do vídeo analisado, este comportamento fica ainda mais claro quando a presidenciável une em frente à câmera estes dois papéis: o de mãe e política. É esperado socialmente que uma mulher seja mãe, e aceita-se - ainda que com ressalvas - que uma mulher possa exercer seu papel na política, mas ao misturar estas duas figuras em um único cenário, Manuela rompe com barreiras sociais invisíveis, porém consolidadas. Corroborando com o discurso da “valorização da mulher-mãe, a ‘rainha do lar’, dotada de poder e responsabilidade, desde que não transcendesse o domínio doméstico” (ARAÚJO; MOURA, 2004, p.17).

A Figura 4, por sua vez, entra na subcategoria “desmoralização através de acusações de uso de drogas ilícitas” que, de forma semelhante aos comentários anteriores, busca minar a credibilidade de Manuela D’Ávila frente aos eleitores ao afirmar, mais uma vez sem respaldo

factual, seu suposto uso de drogas ilícitas. Foram agrupados nesta subcategoria 39 dos 216 comentários analisados.

Figura 4: Desmoralização através das acusações de uso de drogas ilícitas.

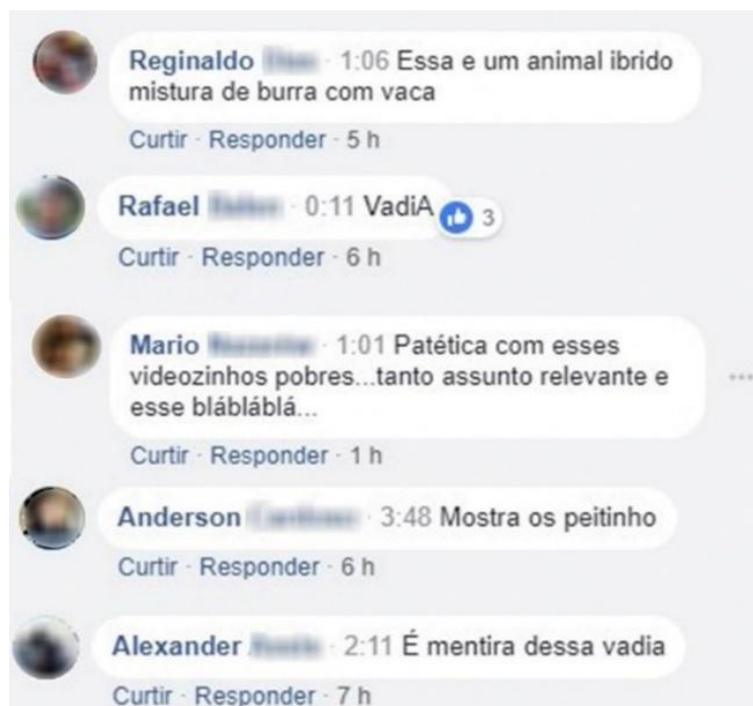


Fonte: produzida pelas autoras, print do Facebook de Manuela D'Ávila, 15 de abril de 2018.

É possível analisar essa tentativa de desmoralização através dos comentários caluniosos por três pontos. O primeiro sendo a associação política e ideológica, já que a presidente tem como um dos seus discursos a descriminalização da maconha, e ao afirmar que ela faça uso da substância sua campanha perde o enfoque coletivo e ideológico e passa a ser questão de cunho pessoal. O segundo ponto trata exatamente dos efeitos atribuídos a essas substâncias, ao alegar que Manuela esteja fazendo uso delas consegue-se distorcer seu discurso, tirando sua credibilidade e silenciando sua voz, já que “a credibilidade é um poder fundamental nessas guerras [dos sexos], e porque se afirma tantas vezes que as mulheres são categoricamente carentes nesse departamento” (SOLNIT, 2017, p. 154). E o terceiro deles trabalha como uma forma velada de criticar a aparência física da presidente. Ao associar sua aparência física ao consumo de drogas ilícitas, lhe é negado seu esforço e trabalho ao mesmo tempo em que a criticam quanto a um aspecto que nem deveria fazer parte da sua análise como política.

A Figura 5, por sua vez, é composta pelos comentários da subcategoria “ataques a integridade de Manuela”. Os comentários apoiam-se em estereótipos direcionados às mulheres que lhes tiram a credibilidade e duvidam de suas capacidades, mesmo que suas qualificações sejam de conhecimento geral e acessíveis através da internet. Com a maior quantidade de comentários, esta subcategoria possui 141 dos 216 comentários previamente selecionados. Não é incomum a tentativa de desmoralização da mulher através de ofensas que buscam atacar sua capacidade cognitiva, de discernimento ou até mesmo sua posição quanto ao status quo.

Figura 5: Ataques a integridade de Manuela



Fonte: produzida pelas autoras, print do Facebook de Manuela D’Ávila, 15 de abril de 2018.

É possível identificar o uso da violência de gênero na busca por atingir Manuela como mulher. Silenciar mulheres ao associá-las com animais era prática comum nos mitos gregos, como deixa claro Beard (2018, p. 21) “a pobre Io é transformada pelo deus Júpiter numa vaca e, assim, não pode falar, só mugir; enquanto a tagarela ninfa Eco é punida de modo que a própria voz nunca mais seja dela mesma, e sim mero instrumento de repetição das palavras alheias”. Entende-se, assim, que ataques do tipo não são desconhecidos às mulheres, em especial as que procuram

ter voz ativa na esfera pública, e estão tão enraizados na sociedade que conseguem ser relacionados até à época-lugar considerada como o berço da cidadania: a Grécia Antiga.

7. Considerações Finais

Em uma realidade onde as mulheres brasileiras não chegam a ocupar mais de 10% dos cargos públicos - seja na Câmara dos Deputados, na Câmara de Vereadores ou no Senado - é possível perceber que a hostilidade com que elas são recebidas na política - e nas esferas públicas - pode ser um dos fatores excludentes. As acusações, a vergonha e a culpa que traz a violência de gênero servem para, como destaca Solnit (2017, p. 88) silenciar as mulheres e removê-las das esferas públicas, insistindo que para ocupar espaços públicos elas devem mudar a forma como o ocupam ou ficar em casa, em vez de transformar os espaços públicos para que elas possam ocupá-lo com segurança.

Um ponto reforçado por Beard (2018, p. 93) ao opinar que “não se pode, com facilidade, inserir as mulheres numa estrutura que já está codificada como masculina; é preciso mudar a estrutura”. Mudança ostentada por Manuela D’Ávila ao não assumir traços masculinos e ocupar espaços públicos unindo sua função de mãe – símbolo da feminilidade – com o de política. Por fim, através da amostragem retirada do vídeo da presidenciável, podemos concluir que o sentido dos comentários era de silenciar Manuela D’Ávila, e não abrir uma discussão política. Solnit (2017, p. 35) diz que “quem é e quem não é ouvido define o status quo” e, por tanto, silenciar a voz da presidenciável é uma tentativa de manter o status quo político - homens brancos, cis, héteros e ricos - exatamente como está.

Referências

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. *Semana da Mulher*: primeira prefeita eleita no Brasil foi a potiguar Alzira Soriano. 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano>>. Acesso em: 12/04/2018.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BEARD, Mary. *Mulheres e Poder: um manifesto*. São Paulo: ed. Planeta do Brasil, 2018.

GORCEZVSKI, Clovis; BOTELHO, Edison; LEAL, Mônica Clarissa Henning. *Introdução ao Estudo da Ciência Política, Teoria do Estado e da Constituição*. Porto Alegre: Ed. Verbo Jurídico, 2007.

POMBO, Carolina. *A mãe e o tempo: ensaios da maternidade transitória*. Rio de Janeiro: ed. Memória Visual, 2013.

PORTAL BRASIL. *Mulheres na Política*. 2014. Disponível em: <
<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>>. Acesso em: 20/04/2018.

SOLNIT, Rebecca. *Os Homens Explicam Tudo para Mim*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2017.

SOLNIT, Rebecca. *A Mãe de Todas as Perguntas: Reflexões Sobre os Novos Feminismos*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: Parte Geral*. São Paulo: ed. Atlas, 2011.